

REPRESSÃO SOCIAL E RELIGIOSA E A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL

Andréa Kelmer de Barros ¹

RESUMO: O presente artigo apresenta dois objetivos que se entrelaçam: abordar a trajetória histórica das diferentes formas de tratamento dado à homossexualidade, e as formas de controle social e religioso exercidas no campo da sexualidade até chegarmos à formação do movimento homossexual no Brasil, hoje conhecido como LGBT² (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros); e apresentar a formação histórica deste movimento social, enfatizando as conquistas e desafios vivenciados nesta trajetória. Acreditamos que este estudo pode nos fazer compreender melhor os caminhos seguidos pelos homossexuais no Brasil e os diversos desafios ainda presentes em sua luta nos campos social, político, religioso e cultural.

Palavras-chave: Homossexualidade, controle social e religioso, movimento social.

RELIGIOUS AND SOCIAL REPRESSION AND THE EMERGENCE OF LGBT MOVEMENT IN BRAZIL

ABSTRACT: This article presents two objectives that intertwine : addressing historical trajectory of different forms of treatment for homosexuality, and the forms of social and religious control exercised on sexuality until we get the formation of the homosexual movement in Brazil , now known as LGBT (Lesbian, Gay , Bisexual, Transsexual and Transgender) ; and present the historical formation of this social movement , emphasizing the achievements and challenges experienced in this trajectory . We believe that this study can make us better understand the paths followed by homosexuals in Brazil and many challenges still present in their struggle in the social, political, religious and cultural fields.

Keywords: Homosexuality, religious and social control , social movement .

Introdução

¹ Professora assistente do Departamento de Serviço Social da UFVJM. andykbs@hotmail.com

² De acordo com Simões Neto (2011) a terminologia usada pelo MS/SVS/PN-DST/AIDS ao se referir aos segmentos que fazem parte da diversidade sexual era %GLBTB+. Contudo, a partir da realização da I Conferência Nacional GLBT em 2008, utilizou-se a sigla LGBT em substituição a GLBT, em consonância com as tendências internacionais, ao projetar a atuação das lésbicas na superação da ideologia patriarcal e de dominação masculina, e foi pleiteada por elas na referida Conferência+ (p.66)

Os objetivos deste artigo são abordar as formas de controle e repressão social e religiosa exercidos no campo da sexualidade, bem como a trajetória histórica das diferentes formas de tratamento dado à homossexualidade, até chegarmos à formação do movimento homossexual no Brasil, hoje conhecido como LGBT³ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros). Apresentamos ainda a formação histórica deste movimento social, enfatizando as conquistas e desafios vivenciados nesta trajetória. Acreditamos que este estudo pode nos fazer compreender melhor os caminhos seguidos pelos homossexuais no Brasil e os diversos desafios ainda presentes em sua luta nos campos social, político, religioso e cultural.

Partimos da compreensão que há um caráter pedagógico e ideológico que se constrói ao longo de qualquer sociedade. Este caráter pedagógico controla, vigia e em alguns casos persegue os ~~comportamentos desviantes~~, os que ameaçam os modelos estéticos de beleza idealizados, as escolhas familiares e sexuais ensinadas num modelo religioso figurado por um casal heterossexual (Adão e Eva). Assim, o preconceito e o estigma social fazem parte do cotidiano dos cidadãos que de alguma forma desafiam a ordem social e cultural estabelecida. É sabido que algumas sociedades, ao longo de sua formação política, social, cultural e religiosa, demarcam através de leis, e até pelo uso da violência, os espaços e comportamentos devidos a cada classe, grupo, pessoa. Por esta razão, entendemos ser importante traçar algumas considerações a este respeito, pois este controle social historicamente construído irá interferir diretamente na história da organização homossexual no Brasil e em todos os lugares onde a homossexualidade foi entendida ora como caso de polícia, ora como doença e ora como pecado.

Segundo Berger (1986), controle social ~~refere-se a vários meios usados por uma sociedade para enquadrar~~seus membros recalcitrantes+ (p.81) Para o autor, situar-se na sociedade, significa ~~situar-se em relação a~~ muitas forças repressoras e coercitivas+ (p.90) As sociedades utilizarão de mecanismos sociais que terão como objetivo ~~eliminar os membros indesejáveis~~. Para Berger, ~~o~~ meio supremo e, sem dúvida, o mais antigo, de controle social é a violência+ (p.81) Em suas palavras

³ De acordo com Simões Neto (2011) ~~a~~ terminologia usada pelo MS/SVS/PN-DST/AIDS ao se referir aos segmentos que fazem parte da diversidade sexual era ~~GLBTTB+~~. Contudo, a partir da realização da I Conferência Nacional GLBT em 2008, utilizou-se a sigla LGBT em substituição a GLBT, em consonância com as tendências internacionais, ao projetar a atuação das lésbicas na superação da ideologia patriarcal e de dominação masculina, e foi pleiteada por elas na referida Conferência+ (p.66)

Em qualquer sociedade normal a violência é utilizada com parcimônia e como último recurso, e a mera ameaça dessa violência final basta para o exercício cotidiano do controle social. Para os fins a que nos propomos, o fato mais importante a salientar é que quase todos os homens vivem em situações sociais nas quais, se todos os outros meios de coerção falharem, a violência pode ser oficial e legalmente usada contra eles. (BERGER, 1986, p. 86)

No campo da repressão social, os comportamentos sexuais são privilegiados. Eles são definidos socialmente a partir do certo e do errado, do proibido e do permitido, sendo passíveis de punição os comportamentos que fogem à regra social estabelecida como a %correta+ ou esperada. %A repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidos histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade+ (CHAUÍ, 1984, p.09) Esta repressão é estabelecida nos campos do tripé castigo, doença e crime. Igreja, justiça e profissionais da saúde, em especial psiquiatras, são convocados a julgar, catalogar e, em alguns casos, condenar alguns casos. Chauí nos oferece uma importante observação:

Nossa sociedade conseguiu transformar as diferenças anatômicas entre homens e mulheres em papéis e em tipos sociais e sexuais, criando uma verdadeira zoologia-sociologia sexual. Reprime, assim, a ambiguidade constitutiva do desejo e da sexualidade fazendo da diferença e multiplicidade sexuais um tomento, um crime, uma doença e um castigo. (CHAUÍ, 1984, p. 33)

Laraia (2006) também nos ajuda a conhecer melhor a nossa herança cultural, esclarecendo que ela foi desenvolvida através de inúmeras gerações, e sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isso, discriminamos o comportamento desviante (p.67). Para exemplificar, diz que até recentemente %o homossexual corria o risco de agressões físicas quando era identificado numa via pública e ainda hoje é objeto de termos depreciativos.+ (pp. 67-68) Vale ressaltar que ainda nos dias atuais a questão da violência é um ponto presente na pauta das reivindicações da luta homossexual organizada em nosso país. Gohn (2012, p. 99) enfatiza que %gay, lésbicas e transexuais não são apenas discriminados. Eles são criminalizados, alvos de atentados à vida, são perseguidos e morrem em atentados de grupos fascistas e nazistas+.

Esta forma de pensar o comportamento homossexual leva e por vezes justifica atitudes de repressão e violência em último caso. Aos homossexuais cabe procurar a %cura+, eliminarem suas vidas, ou organizarem-se e lutarem contra esta

marginalização social. São estas as questões que nos fazem pensar as formas de lutar e interagir dos movimentos sociais que se organizam nas sociedades contemporâneas. De forma geral, são os movimentos sociais de gênero/homossexuais que acabam por trazerem à tona debates, enfrentamentos que transformam sociedades, colocando-as numa situação de ver-se %obrigadas+ a rever seus preconceitos, tão firmemente marcados no campo da moral, da ética e da política. Assim, historicamente os homossexuais começam a se organizar em grupos, movimentos sociais no intuito de ter garantido o direito de participação social e política, além de reivindicarem também o respeito e fim de toda forma de marginalização. É a história desta organização que vamos estudar a seguir, visando compreender melhor esta trajetória social dos homossexuais nas diversas sociedades e, principalmente, no Brasil.

A emergência do Movimento homossexual no Brasil

Estudar a organização social e política dos homossexuais ao longo dos tempos não é uma tarefa simples. O silêncio e o preconceito envoltos neste tema tornam ainda mais raro chegar-se a um consenso sobre o assunto. De acordo com Fischer (2008) %o termo homossexual nem sequer existia até 1869, quando foi usado pela primeira vez em um panfleto contra leis anti-sodomia na Prússia. Já o termo *gay*, que em inglês quer dizer %alegre+ e vem do *gai* francês, foi usado pela primeira vez com o atual significado por Gertrude Stein, em 1922, em seu livro *Miss Furr & Miss Skeene+* (p. 09). Entre os séculos VII e XI existia na literatura da Igreja Católica um guia para sacerdotes e fiéis conhecido por Penitenciais. Este guia instituía penitências específicas para os mais diferentes pecados cometidos. Jurkewicz (2005) mostra que nestes Penitenciais já estavam presentes algumas %ormas de atos homossexuais: toques, afetos, masturbação, homossexualidade ativa e passiva, habitual e ocasional. A homossexualidade é sempre julgada como pecado grave, e as penas eclesiásticas oscilam entre 3 e 15 anos. As penas impostas são mais duras para clérigos ou monges do que para leigos+. (p. 46) Ainda de acordo com a autora, as penas para a homossexualidade masculina eram maiores que as penas para as femininas.

De acordo com Trevisan (1986), no Brasil, foi a chamada Santa Inquisição - que matou milhares de pessoas na Europa - que demarcou de forma legítima uma clara perseguição aos homossexuais no Brasil. A Inquisição iniciou-se no século XVI, tendo seu auge no século XVIII. Segundo o autor,

O historiador Paulo Prado espantava-se com a percentagem de delitos sexuais encontrado na Visitação de 1591 à Bahia: dentre 120 confissões, 45 referiam-se a transgressões de ordem sexual, atestando em que ambiente de dissolução e aberração viviam os habitantes da colônia, que praticavam sodomia, tribadismo e pedofilia erótica, produtos da hiperestesia sexual a mais desbragada, só própria dos grandes centros de população acumulada. Nessa Visitação, os crimes por sodomia aparecem em segundo lugar entre os mais praticados, só sendo suplantados por delitos de blasfêmia que muitas vezes denotavam uma fértil e ácida imaginação (...). Dentre as 203 culpas aí confessadas, os pecados sexuais especificamente por sodomia eram em número de 37, ou seja, 18% do total. Eles incluíam práticas sexuais entre dois homens, duas mulheres ou homem com mulher (nesse caso, especificamente o coito anal). A importância da prática da sodomia no Brasil colonial é apontada pelos cálculos do antropólogo Luís Mott, segundo o qual havia 117 casos de sodomitas entre os 557 denunciados e confessantes nas Visitações da Bahia e Pernambuco, de 1591 a 1593 respectivamente - portanto, 21% do total das faltas cometidas. Na segunda Visitação à Bahia (1618/20), comparecem perante os inquisidores 62 confessantes (56 homens e 6 mulheres), sendo então confessados 16 atos de sodomia. Deve-se notar que, comparando-se as confissões da Bahia em 1591 e 1618, verifica-se um aumento de pecados de sodomia e blasfêmia, talvez porque a sociedade tenha se tornado mais livre e o controle social menos eficaz, sem esquecer que o clero devasso certamente possuía autoridade cada vez menor para exercer vigilância moral sobre a população. (TREVISAN, 1986, pp. 77, 78)

Resquícios dos resultados da Visitação da Inquisição no Brasil ainda foram vistos na Constituição do Império, em 1823. Segundo Trevisan (1986), o capítulo XXIII desta Constituição tratava das pessoas que cometiam sodomia ou alimárias (sexo com animais). Determinava-se que os que praticassem estes pecados fossem queimados e transformados em pó para que nem de seus corpos, nem de suas sepulturas houvesse memória. Seus bens eram confiscados e destinados à Coroa e seus descendentes se tornavam infames. O autor ainda nos informa que no Brasil colônia, havia as constituições eclesiásticas, distintas tanto da Justiça secular quanto do Tribunal da Inquisição. Nelas, a sodomia era prevista como crime e considerada hediondo pecado, péssimo e horrendo, provocador da ira de Deus e execrável até pelo próprio Diabo+ (TREVISAN, 1986, p. 102)

No século XIX, a homossexualidade passa a preocupar os médicos higienistas contratados pelo Estado, que começa a se preocupar com os altos

índices de mortalidade infantil e péssimas condições sanitárias em que vivam as famílias no país. Algumas teses com este conteúdo foram publicadas. Contudo, no que se refere à sexualidade/homossexualidade, de acordo com Góis (2003)

tais teses, em termos gerais, buscavam identificar traços comuns aos então chamados %pederastas+e %viragos+e salientar a degeneração contida nos corpos de homens e mulheres que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Outrossim, esses estudos buscavam propor medidas sanitárias e repressivas que pudessem reduzir ou eliminar os efeitos supostamente deletérios da presença daquelas pessoas na vida social+ (GÓIS, 2003, p. 01)

No Brasil, o médico higienista acabou por invadir a privacidade dos lares e %impondo sua autoridade em vários níveis. Além do corpo, também as emoções e a sexualidade dos cidadãos passaram a sofrer interferências desse especialista cujos padrões higiênicos visavam melhorar a raça e, assim, engrandecer a pátria+. (TREVISAN, 1986, pp. 104,105) A pederastia, ou a concepção higienista moralista sobre a pederastia, demonstrou-se clara neste processo de limpeza das cidades brasileiras. Segundo Trevisan a higiene médica considerava a pederastia um exemplo negativo. Aos meninos era orientado que praticassem exercícios físicos para evitar a efeminação, devendo ainda aprender a amar o trabalho, tornando-se amante da moral e bons costumes. Já os homens adultos praticantes da pederastia, havia uma indicação que Trevisan chama de tratamento de choque: %ou o homem seguia os preceitos da higiene ou se desvirilizava, conforme podia ser comprovado na figura execrável do pederasta. Com isso, reforçava-se o controle médico e, automaticamente, o papel do higienista, que assim saía lucrando duplamente, graças à anatematização do sodomita+. (TREVISAN, 1986, p. 107)

A partir da década de 1970, no Brasil, um sentimento de otimismo começava a se fazer notar por parte dos movimentos sociais. Sabia-se que a luta seria difícil, árdua, uma vez que o cunho conservador que até então dominava a conjuntura, não seria superado de maneira imediata ou totalizante. Apesar de toda a onda engessada e conservadora, que tentava enfraquecer uma nova ideologia, os movimentos sociais ganhavam espaço e voz. A chamada %minorias sociais% procurava os seus pontos de referência, buscava uma aliança entre aqueles que sempre estiveram às margens. Percebia-se um período de efervescência de ideias acerca dos movimentos sociais, embora nos anos de 1970 e 1980 ainda existissem fatores considerados enfraquecedores, quando se pensava na tentativa de romper com uma

visão conservadora que pairava sobre o cenário brasileiro. Diversos foram os movimentos sociais que se fortaleceram nesse período e diversas foram também as demandas levantadas por eles. Furlani (2005) enumera de forma clara tais demandas e movimentos sociais.

1) Os movimentos raciais discutiram o racismo e as políticas de inclusão social; 2) as discussões no interior dos movimentos de mulheres e nos movimentos feministas denunciaram a complexidade do patriarcado, o sexismo, o machismo, a misoginia e a hierarquia presente nas relações de gênero; 3) a sexualidade foi amplamente visibilizada pelos movimentos de gays e de lésbicas que denunciaram a homofobia e a não-isonomia nas leis, acirrando a luta por seus direitos civis; 4) os movimentos de trabalhadores rurais resgataram a discussão sobre redistribuição de renda e de terra, bem como a concentração desigual da riqueza, principalmente nos países do Terceiro Mundo; 5) o advento do HIV/Aids, e as redes de solidariedades originárias a partir dele, direcionou as políticas públicas de saúde e %orçou+um redirecionamento nas práticas sexuais de homens e mulheres, independente da sua orientação sexual; 6) movimentos étnicos alertaram para a xenofobia, o preconceito e a discriminação expressos na violência contra estrangeiros e %diferentes+ de todas as ordens; 7) os movimentos ecológicos enfatizaram a necessidade de se estabelecer uma nova ética mundial no uso dos recursos naturais e na exploração do meio ambiente. (FURLANI, 2005, pp. 220 e 221)

O movimento gay espalhou-se significativamente no mundo e no Brasil, principalmente após o advento da AIDS, que em seu início atingiu, sobremaneira, a comunidade homossexual masculina, sendo apelidada até mesmo de %câncer gay+. No início da expansão da doença, acreditava-se em prováveis grupos de risco, a saber: os homossexuais, as prostitutas e os usuários de drogas injetáveis. Parker (1994) nos informa que foram exatamente os homossexuais que começaram a se organizar no Brasil buscando divulgar a idéia do sexo seguro, combatendo veementemente a idéia de que a AIDS era uma doença de gay.

A busca pela cura da AIDS e a ampliação do público homossexual nesta luta, transformou a década de 1980 num palco favorável ao surgimento e expressividade das manifestações, cada vez mais organizadas e politizadas⁴. A partir desta organização enquanto um movimento social, os homossexuais, lésbicas, travestis, bissexuais, se viram motivados a reivindicar um maior respeito social sem que

⁴ Podemos citar dois exemplos: o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados, (EGHO) e o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais, (EBHO). O primeiro EGHO aconteceu em São Paulo, nos dias 4 a 6 de abril de 1980, comparecendo aproximadamente 200 pessoas. (FACCHINI, 2003). Conforme Trevisan (1986) %durante três dias, debateram-se acirradamente vários temas, num clima de desagradável competitividade e hostilidade+ (p.213) Para o autor, o encontro pareceu mais uma disputa entre grupos que queriam o controle da direção do movimento homossexual no país.

fossem taxados como aberrações ou criminosos. Os índices de violência contra este público não seria mais aceito de forma silenciosa, pois esta situação discriminatória deixava clara a homofobia presente no país. De acordo com o Guia de Direitos Humanos GLBT (2008) homofobia é ~~o~~ medo, a aversão ou o ódio irracional aos homossexuais, àqueles que têm atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo. É a causa principal da discriminação e violência contra gays, lésbicas, travestis e transexuais~~+~~. (p.15) a Cartilha nos informa ainda que a homofobia nem sempre é vista de forma tão clara. Por vezes ela ocorre de forma velada, numa recusa em processo de seleção de um emprego, em locação de imóveis, dentre outros.

A partir dos anos de 1990, os homossexuais conquistaram alguns avanços no campo político. A própria Constituição Federal do país demarcou como crime as atitudes de violência contra os homossexuais: ~~Qualquer~~ Qualquer atitude de violência ou agressão contra homossexuais é crime e deve ser punido, pois sua dignidade deve ser garantida assim como é garantida a todos: ~~n~~ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante~~q~~. (GUIA DE DIREITOS HUMANOS GLBT, 2008, p.16). No ano de 1995, a então Deputada Marta Suplicy, apresentou um projeto de lei (Lei1151/95) para regularizar a união entre homossexuais. A lei não foi aprovada como casamento, mas sim como uma solidariedade mútua, ou como uma sociedade entre os companheiros gays. Em sua fundamentação para a criação desta lei, Suplicy demarcou:

Vivemos em uma sociedade que nos educa para a heterossexualidade. E não é só para a heterossexualidade. O indivíduo é mais cidadão quando heterossexual, homem, branco e rico. Essa é a realidade da sociedade em que vivemos. E essa visão normatizadora, cristalizadora da sexualidade impede que se veja o outro como pessoa singular, que se foi desenvolvendo como ser único (...). Passa-se a perceber que a sociedade não é feita dessa forma. São muitas as formas de ser. Nós estereotipamos, mas as pessoas não se portam dessa forma. (GUIA DE DIREITOS HUMANOS GLBT, 2008, p.16)

A partir daí os casais passam a ter direitos a heranças e pensões, como em qualquer casamento⁵. Touraine (2004), que afirma defender o direito dos

⁵ Fischer (2008) nos oferece um rápido histórico das conquistas ao redor do mundo no que tange ao direito de casamento entre pessoas do mesmo sexo. Segundo o autor, Holanda (2002), Bélgica (2003), Canadá e Espanha (2005) são os primeiros países a oferecer o direito de casamento integral . igual ao de casais heterossexuais. Mas outras legislações parecidas com o casamento já estão em vigor em vários países. Em 1989, a Dinamarca

homossexuais ao casamento, mesmo sabendo que esta posição ainda é minoritária, reforça a importância destas conquistas recentes, argumentando que nenhum sociólogo fala mais de família %normal+ (composta por pai, mãe e filhos). Novos arranjos familiares, como família monoparental, adotiva e homossexual ganham cada vez mais espaço acadêmico e social. Fischer (2008) acrescenta dizendo que no ano de 1999 o Conselho Federal de Psicologia promulgou uma resolução restringindo a discriminação à orientação sexual. A partir daí, tornou-se antiético propor uma cura à homossexualidade, e que nos tratamentos buscados, os profissionais do campo da psicologia devem esclarecer que a homossexualidade não é uma doença. No ano de 1999 a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro criou o Disque Defesa Homossexual (DDH), pensado por seus mentores não apenas como um veículo para denúncias, mas também como parte de um programa de defesa da pessoa homossexual. (RAMOS, 2005, p.36) Segundo a autora, os primeiros quinhentos casos atendidos (sendo 21 assassinatos) demarcaram claramente a homofobia sofrida pelos denunciante, não apenas por pessoas desconhecidas, mas dentro de seus próprios lares. Foram denunciados casos de extorsões, agressões físicas, ameaças, discriminações nos ambientes de trabalho e escola, além da família e vizinhança.

No final do ano de 2001, com a morte da cantora brasileira Cássia Eller, o tema da adoção por casais homossexuais ganhou grande espaço na mídia por decorrência da disputa em torno da guarda de seu filho entre o pai de Cássia Eller e sua companheira Maria Eugênia. Este caso %acabou por estimular inúmeras matérias jornalísticas preocupadas em dar visibilidade a muitos gays e lésbicas com filhos+ (TARNOVSKI, 2004, p. 386) Silvia Ramos (2005) também nos informa sobre

se tornou o primeiro país do mundo a conceder direitos iguais de união para casais homossexuais. Noruega (1993). Suécia (1994) e Islândia (1996) foram os seguintes. Na Suécia, a adoção de crianças por casais gays e lésbicas foi legalizada em 2003. No ano de 1999, a França aprovou a criação de uma nova espécie de casamento, mais fácil e barato de ser feito e desfeito e sem restrição de sexo: o Pacto Civil de Solidariedade (PACS). Contudo, pesquisa divulgada em 2008 atestou que mais de 85% dos PACS são realizados entre casais heterossexuais. Em 2001, foi a vez de Portugal reconhecer a união entre pessoas que vivem juntas há pelo menos dois anos, independentemente de seu sexo. A Finlândia aprovou a parceria civil para homossexuais no mesmo ano. A Alemanha aprovou em 2001 um quase-casamento para homossexuais que dá possibilidade inclusive de adotar o sobrenome do outro, mas sem adoção de filhos. Em 2003, o Parlamento da Croácia adotou lei que concede aos casais homossexuais os mesmos direitos daqueles formados por sexos opostos. Em dezembro de 2004, o Parlamento neozelandês adotou legislação que dá aos casais homossexuais os mesmo direitos que os casais heterossexuais. Em 2005, foi a vez da Suíça aprovar legislação semelhante ao PACS francês. Em dezembro do mesmo ano entrou em vigor no Reino Unido a associação civil entre pessoas do mesmo sexo. Desde 2002 a adoção por casais gays já era permitida. Também no último mês de 2005 a Suprema Corte da África do Sul determinou a inconstitucionalidade de proibir que duas pessoas do mesmo sexo se casem, e abriu brecha para que alguns casamentos entre homossexuais começassem a ser realizados. Desde maio de 2003, o governo da cidade de Buenos Aires foi o primeiro da América Latina a autorizar a realização de parcerias domésticas, válidas para casais de qualquer sexo. (pp. 186, 187)

uma grande conquista em maio de 2004. Naquele ano foi lançado em Brasília o Programa Brasil sem homofobia: combate à violência e à discriminação e promoção à cidadania homossexual, dando maior notoriedade ainda ao movimento no país.

O programa tem ações voltadas ao apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e no combate à homofobia; na capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; na disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual; e no incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT. (BRASIL, 2004, p. 11).

A Lei Rosa (que pune qualquer forma marginalizadora contra a pessoa homossexual), conquistada no ano de 2000 na cidade de Juiz de Fora, também representa amplitude dos direitos sociais e do respeito à pessoa homossexual. No que tange à prevenção e combate à AIDS, o Brasil também é destaque, sendo considerado um dos mais avançados do planeta, no sentido do respeito à diversidade, do reconhecimento do direito ao tratamento e da postura liberal em relação à sexualidade (CARRARA, 2005, p. 20).

No cenário atual, se configura a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar. Por unanimidade, pelo placar 10 votos a zero, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceram em 05 de maio de 2011 a união estável para casais do mesmo sexo⁶. A partir de agora, companheiros em relação homoafetiva duradoura e pública terão os mesmos direitos e deveres das famílias formadas por homens e mulheres. (Dados obtidos no portal G1, em 05 de maio de 2011)

Apesar dos avanços e conquistas alcançados pelo movimento homossexual, no que tange à sua representatividade e expressividade, medidas repressoras e de controle sexual ainda são vivenciadas no Brasil. As formas preconceituosas e pejorativas no tratamento dado à pessoa lésbica, homossexual, bissexual ou travesti também não desapareceram e nem são recentes em nosso país. Sobre este ponto, Duarte (2011) nos diz que

⁶ A informação completa sobre esta importante conquista foi divulgada no portal IG, conforme segue: O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, nesta quinta-feira (5), equiparar as relações entre homossexuais às uniões estáveis entre heterossexuais. Por unanimidade, a união homoafetiva foi reconhecida como um núcleo familiar como qualquer outro, ficando suscetível aos mesmos direitos e obrigações de casais formados por homens e mulheres. Na prática, os casais homossexuais, para serem reconhecidos em uma união estável, precisam cumprir os mesmo requisitos de casais heterossexuais, como convivência pública, duradoura e contínua. A exigência de um prazo mínimo de convivência foi abolida em 1996. Fonte: **Naiara Leão, Fernanda Simas e Danilo Fariello, iG**, 05/05/2011 19:04

A perseguição às lésbicas, aos gays, aos bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) não é novidade, trata-se de um fenômeno observável há muito tempo. Apesar das novas identidades constituídas pela sociabilidade contemporânea para os velhos estereótipos e representações socioculturais de um passado não tão recente, %sapatão+, %viado+, %bicha+, %gilete+ e %boneca+ são rotulações e discriminações para esses sujeitos que ainda persistem em viver de forma singular suas sexualidades, a despeito de insistirem em enquadrá-los no lugar próprio da patologia, do desvio, da segregação e exclusão social. (DUARTE, 2011, p. 86)

Mesquita e Matos (2011) também falam sobre a existência recente de atitudes preconceituosas no Brasil, explicando que

Os preconceitos se sustentam e se reproduzem por meio de bases afetivas e irracionais fundadas na desinformação, na alienação, no moralismo, no conservadorismo, no conformismo e, portanto, na lógica da naturalização e banalização dos processos sociais. (...) não é somente a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) que é alvo de preconceito no Brasil. O preconceito por aqui se expressa ainda pelas opressões de raça, etnia, classe, etc. A diferença é que, contra os primeiros, a agressão e o falso humor (a presença de lésbicas, gay e travestis comparece sempre estereotipada) acontecem todos os dias de maneira escancarada. (MESQUITA E MATOS, 2011, pp. 134, 135)

Ferreira (2008) ainda afirma que

O Brasil é o campeão mundial de assassinatos de gays, lésbicas e travestis. A cada três dias os jornais divulgam a morte de mais um homossexual, vítima da homofobia, vítima de crime violento. O Brasil é um país contraditório, pois ao mesmo tempo em que exporta travestis para a Europa, que aplaude no carnaval os transformistas, no dia-a-dia, discrimina, humilha e mata homossexuais. (FERREIRA, 2008, p. 237)

Em abril de 2003 o Vaticano publicou um polêmico glossário de termos sexuais.

Trata-se do Léxico para termos ambíguos e coloquiais sobre vida familiar e questões éticas. O capítulo sobre homossexualidade e homofobia afirma que a homossexualidade deriva de um conflito psicológico não resolvido, afirma ainda que os homossexuais não são normais e que os países que permitem os casamentos unissexuais são habitados por pessoas com mentes profundamente perturbadas. (JURKEWICZ, 2005, p. 49)

Contudo, a autora reconhece que este pensamento não é unânime no interior do cristianismo e que até mesmo nas mais altas hierarquias da Igreja Católica há aqueles que já demonstram maior abertura a este debate, posicionando-se de forma menos radical. Ainda no campo religioso, mas também político, recentemente, no dia 18 de junho de 2013, sob o comando do deputado federal do PSC/SP Marco

Feliciano, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara aprovou um projeto que permite aos psicólogos o tratamento com o propósito de curar os homossexuais. O Jornal Folha de São Paulo nos informa que esta aprovação foi uma vitória da bancada evangélica do país, que há dois anos objetivava tal aprovação. Esta proposta é conhecida como *%cura gay+*. Vale ressaltar que esta proposta foi rejeitada pelo Conselho Federal de Psicologia e foi alvo de diversas manifestações de protesto em todo o país, considerando a idéia algo retrógrado e renovação de um pensamento conservador.

Considerações Finais

Os diversos movimentos sociais que atuam na luta contra o preconceito, a homofobia e a ampliação dos direitos sociais aos homossexuais têm sido importantes parceiros de ONGS e partidos políticos que almejam uma sociedade mais justa e igualitária. Um estudo aprofundado sobre esta educação sexual historicamente aprendida, em confronto com esta vivência homossexual defendida por movimentos sociais como o LGBT é uma oportunidade ímpar de desvelar as contradições e dilemas enfrentados ao longo da luta destes movimentos.

As principais bandeiras levantadas pelo LGBT podem nos levar a uma forma de convívio um pouco mais respeitosa, rejeitando toda forma de violência vivenciada por tantos homossexuais em nossa sociedade. Para Rodrigues (2006)

a característica principal da violência/discriminação desferida contra *%homossexuais+* está direta e intrinsecamente ligada à dificuldade, muito presente em nossa *civilização* [grifo da autora], de respeitar e se relacionar com a diferença sem torná-la instrumento de afirmação de um certo orgulho próprio que precisa da desqualificação e destruição do outro para se afirmar. (RODRIGUES 2006, p.116 e 117)

Mediante os apontamentos descritos aqui, pode-se notar que todo este conjunto de dogmas, normas e estigmas que contribuem para um sexismo misógino e homofóbico, torna-se incontestável a urgência do aprofundamento acadêmico sobre esta temática, bem como o fortalecimento dos movimentos sociais de gênero/homossexuais para se formar um amplo debate crítico, com rigor teórico e com ações propositivas no combate e rejeição a toda forma de marginalização social. Nesse sentido é que vêm se organizando as lutas e bandeiras içadas pelos movimentos homossexuais contemporâneos.

Neste sentido, muitas têm sido as ações dos grupos que militam a favor do rompimento desta homofobia. Além de uma presente assessoria jurídica, Rodrigues (2006, p.119) acrescenta a relevância atual do uso dos recursos da rede mundial de computadores como ferramenta viabilizadora de informações, suporte emocional e construção de redes sociais, destacando-se a de atuação profissional da militância especializada no setor educacional, como alavanca estratégica na transformação das mentalidades.+

Daniel Welzer-Lang nos incentiva ao desafio de observar mais de perto o que acontece na calçada, ou seja, a ultrapassar nossos estigmas sociais, estar mais perto das pessoas, de seus discursos e de suas práticas, não nos prendendo apenas em nossos laboratórios. Sugere ainda que mudemos nossos paradigmas críticos, pelo menos aceitar que se juntem análises antissexistas e não heteronormativas, oferece instrumentos para desconstruir nossas representações unívocas, e muito frequentemente uniformes, dos homens e do masculino. A escuta dos homens e das mulheres que hoje vivem, encenam ou sugerem outros tipos de sexualidade e de gênero contribui para isso.+(WELZER-LANG, 2001, p.474)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1986.

CARRARA, Sérgio. O centro latino americano em sexualidade e direitos humanos e o lugar da homossexualidade. In: GROSSI, Miriam Pillar [et al.]. *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CHAUI, Marilena. *Repressão sexual*. Essa nossa (des) conhecida. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DUARTE, Marco José de O. Diversidade sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. In: *Em Pauta*: Teoria social e realidade contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.

FERREIRA, Valdemar Alves. Igualdade de gênero e homofobia: uma política por construir. In: *Brasil*. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. 3º Prêmio Construindo Igualdade de Gênero . Redações e artigos vencedores . 2008, Brasília.

FISCHER, André. *Como o mundo virou gay?* Crônicas sobre a nova ordem sexual. São Paulo: Ediouro, 2008.

FURLANI, Jimena. Políticas identitárias na educação sexual. In: GROSSI, Miriam Pillar [et alli]. *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GONH, Maria da Gloria. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2012.

GÓIS, João Bosco Hora. Desencontros: As relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. In: *Revista Gênero*. Niterói, v. 4, n. 1, 2 semestre 2003.

GUIA de direitos humanos GLBT. *Governo de Minas Gerais. Ministério Público . MG. Belo Horizonte, 2008*.

JURKEWICZ, Regina Soares. Cristianismo e homossexualidade. In: GROSSI, Miriam Pillar [et alli]. *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MESQUITA, Marylucia e MATOS, Maurílio C. de. O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito: reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS. In: *Em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea*. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.

PARKER, Richard [Etal] *A AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA/IMS-UERJ/RelumeDumará, 1994.

RAMOS, Silvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Miriam Pillar [et alli]. *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RODRIGUES, Rita de C. C. *Poder, gênero, resistência, proteção social e memória: aspectos da socialização de gays e lésbicas em torno de um reservado em São João do Meriti, no início da década de 1980*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/Universidade Federal Fluminense, 2006.

SIMÕES NETO, José Pedro. A produção acadêmica sobre diversidade sexual. In: *Em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea*. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. *Paí é tudo igual? significados da paternidade para homens que se autodefinem como homossexuais*. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

TOURAINÉ, Alain. O direito ao casamento gay. *Jornal Folha de São Paulo*. Caderno Mais! São Paulo, 21 de março de 2004.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. São Paulo: Max Limonad, 1986.

WELZER-LANG, Daniel. *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobias*. Estudos Feministas, ano 9, 2001. WWW.scielo.br

Recebido em 24/10/2014.

Aceito em 20/12/2014.